



## COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

### ACTA NÚMERO 75/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 16 dias do mês de Março de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. Informações;
2. Discussão e votação das Actas n.ºs. 73 e 74, respectivamente de 2 e 9 de Março;
3. Discussão e votação dos Requerimentos do CDS-PP para audição do Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, sobre o encerramento do Serviço de Urgência de Celorico de Basto e do BE, que solicita a audição dos sindicatos representativos dos trabalhadores do Hospital de Braga;
4. Aprovação da Redacção Final dos Projectos de Resolução n.ºs. 375/XI/2.<sup>a</sup>.(BE), 381/XI/2.<sup>a</sup>.(PSD), 386/XI/2.<sup>a</sup>.(PCP), 394/XI/2.<sup>a</sup>.(CDS-PP) e 396/XI/2.<sup>a</sup>.(PEV), sobre transporte de doentes;
5. Calendarização do processo legislativo;
6. Discussão dos Projectos de Resolução n.ºs. 430/XI/2.<sup>a</sup>.(PCP) e 431/XI/2.<sup>a</sup>.(CDS-PP), que recomendam a suspensão imediata do encerramento dos Serviços de Urgência e SAP's e do 441/XI/2.<sup>a</sup>.(CDS-PP), que recomenda que se abram vagas para a realização de internatos médicos;
7. Calendarização do processo legislativo.

11:30

Audiência da Associação Nacional de Farmácias, sobre notícias recentemente veiculadas a propósito da segurança, fiabilidade e transparência do circuito do medicamento no nosso país.

O Presidente iniciou a reunião dando conta das audições e audiências pendentes em Comissão. Recordou que na próxima reunião terá lugar a audição da Ministra da Saúde, na qual os Grupos Parlamentares disporão de oito minutos na 1.<sup>a</sup> ronda, três minutos na 2.<sup>a</sup> e igual tempo para a Ministra responder e de três minutos por Deputado na 3.<sup>a</sup> ronda, dispondo a Ministra de 15 minutos. No dia 30 de Março terá lugar novamente uma audição da Ministra da Saúde para responder aos requerimentos do BE, do PCP e do PSD (oral) sobre o Hospital de Braga.

Após a discussão e votação, foram colocadas à votação as actas nºs. 73 e 74, respectivamente de 2 e 9 de Março, que foram aprovadas por unanimidade.

Seguiu-se a discussão e votação do Requerimento do CDS-PP para audição do Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, sobre o encerramento do Serviço de Urgência de Celorico de Basto e do BE, que solicita a audição dos sindicatos representativos dos trabalhadores do Hospital de Braga. A Deputada Teresa Caeiro apresentou o requerimento invocando a necessidade de ouvir o Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte para explicar a forma como foi conduzido o processo de encerramento dos serviços de urgência nos distritos de Braga e Viana do Castelo.

O Deputado Nuno Reis informou que o GP do PSD já recebeu o Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte e que faz sentido ouvi-lo na Comissão. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos concorda com a audição, até porque será uma boa oportunidade para se perceber o que está em funcionamento e quais os meios disponíveis. Os Deputados João Semedo e Paula Santos informaram que votarão a favor.

Foi colocado à votação o requerimento do CDS-PP a solicitar a audição do Presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, sobre o encerramento do Serviço de Urgência de Celorico de Basto, que foi aprovado por unanimidade.

O Deputado João Semedo apresentou o requerimento que solicita a audição dos sindicatos representativos do Hospital de Braga dizendo que com a aproximação da abertura do novo Hospital de Braga os trabalhadores estão a ser pressionados para rescindirem o seu vínculo à função pública e assinarem contratos individuais de trabalho, o que considera inadmissível. O Deputado Nuno Reis entende que faz sentido ouvir os Sindicatos. Para o Deputado Ricardo Gonçalves não lhe parece ser exequível ouvir todos os sindicatos representativos dos trabalhadores do Hospital de Braga, até porque os trabalhadores são livres de assinar ou não assinar novos contratos. A Deputada Paula Santos mostrou-se preocupada com todos os problemas relacionados com o Hospital de Braga e aprova as audições.

Foi colocado à votação o requerimento do BE a solicitar a audição dos sindicatos representativos dos trabalhadores do Hospital de Braga, que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, CDS/PP, BE e PCP e a abstenção do PS.

Deram entrada dois requerimentos do Grupo Parlamentar do PSD que, por consenso, foi deliberado discutir e votar na reunião. Um requerimento solicita a audição dos Administradores do Hospital de Braga para esclarecer publicamente o contrato de parceria público-privada, assim como os contratos de trabalho, que, depois de colocado à votação, foi aprovado por maioria, registando-se os votos a favor do PSD, CDS/PP, BE e PCP e a abstenção do PS.

Igualmente foi colocado à votação o outro requerimento do PSD a solicitar as audições do Presidente do Conselho de Administração dos HUC sobre as alterações de ordem organizacional e administrativas ocorridas e do Presidente da Comissão de Oncologia dos HUC, para aprofundar as questões técnico-científicas e de qualidade dos serviços, que foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Clara Carneiro propôs o adiamento da aprovação da Redacção Final dos Projectos de Resolução nºs. 375/XI/2ª.(BE), 381/XI/2ª.(PSD), 386/XI/2ª.(PCP), 394/XI/2ª.(CDS-PP) e 396/XI/2ª.(PEV), sobre transporte de doentes;

Passou-se à discussão dos *Projectos de Resolução nºs. 430/XI/2ª. (PCP) e 431/XI/2ª. (CDS-PP)*, que recomendam a suspensão imediata do encerramento dos Serviços de Urgência e SAP's. O Deputado João Ramos apresentou o *Projecto de Resolução nº 430/XI/2ª*, dando conta das razões que justificam a suspensão imediata do encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP's). Sugere que o Governo reformule as orientações relativas à reestruturação dos serviços, de modo a garantir a existência de uma Rede que assegure o acesso de proximidade das populações e reabra os serviços encerrados com a reformulação dos serviços de urgência. Explicou que o encerramento prejudica essencialmente as populações que vivem nas pequenas localidades e nas que distam mais de 50 Km dos Hospitais, tal como acontece em Vieira do Minho e em Moura. Segundo foi noticiado na comunicação social, e não desmentido, vão encerrar mais 14 SAP's, incluindo alguns que, de acordo com a proposta da Requalificação da Rede de Serviços de Urgência, não estava previsto que encerrassem, mas que passassem de SAP's a SUB's. A reestruturação das urgências leva ao encerramento dos SAP's que, não sendo um serviço urgente, davam tranquilidade às populações pela facilidade de acesso.

Seguiu-se a apresentação do *Projecto de Resolução nº 431/XI/2ª* pela Deputada Teresa Caeiro, que reconheceu a necessidade de requalificar as urgências, entendendo no entanto que o Ministério está a falhar no que toca à concretização das políticas, porque encerra serviços, sem dar alternativa às populações que ficam mais vulneráveis, nomeadamente àquelas que residem a maior distância dos Hospitais. Lembrou que nalgumas autarquias foram celebrados protocolos de requalificação dos Serviços dos Centros de Saúde, que nalguns casos não estão a ser cumpridos. Lembrou também que não se conhecem os estudos e pareceres que fundamentam o encerramento dos SAP's, pelo que o CDS/PP propõe ao Governo que suspenda imediatamente o encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente, até estarem assegurados os cuidados de saúde de forma atempada e de qualidade e que envie ao Parlamento os estudos, pareceres e protocolos que serviram de base à tomada de decisão do encerramento dos SAP's do país.

O Deputado Ricardo Gonçalves alegou que o encerramento dos SAP's levou à criação das urgências básicas, porque o SAP é uma falsa urgência, serve essencialmente para dar consultas. Reconheceu que ainda não foi feito o balanço político da Requalificação das

Urgências, mas a suspensão imediata do encerramento dos SAP's não é possível porque a maior parte deles estão encerrados. Considerou que talvez as consultas abertas pudessem ser alargadas para evitar as idas aos grandes hospitais.

A Deputada Rosário Águas referiu que o Governo, apoiado pelo PS, começou um projecto, arrasou e depois não concluiu nada. Continuam a fechar-se serviços e o balanço desse projecto já devia ter sido feito de modo a corrigir o que não estivesse bem. A Requalificação da Rede de Urgências não se pode resumir ao encerramento dos SAP's, é preciso apresentar alternativas de qualidade e, o transporte de doentes, está a ser prejudicado por essa reforma.

O Deputado João Semedo disse ter dúvidas sobre a eficácia do PJR do CDS/PP, mas reconhece que o Governo não fez muito do que prometeu, não é razoável o Governo fechar todos os SAP's sem ter criado a Rede Básica. Considera também importante que o Governo faça o balanço da reforma das urgências.

A Deputada Conceição Casa Nova informou que naquela mesma tarde teria lugar a inauguração da Extensão de Saúde de Baleizão e da Unidade de Cuidados Continuados de Ferreira do Alentejo e que a SUB de Moura entrará em funcionamento brevemente.

Concluída a discussão dos Projectos de Resolução nºs 430 (PCP) e 431/XI/2ª (CDS-PP), irão ser remetidos ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

A Deputada Teresa Caeiro apresentou o *Projecto de Resolução nº 441/XI/2ª. (CDS-PP), que "Recomenda ao Governo que se abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa atribuída pela Ordem dos Médicos"*, dando conta dos seus fundamentos e elencando as recomendações ao Governo que são propostas pelo CDS-PP. Referiu que, apesar da Ordem dos Médicos ter atribuído idoneidade formativa a estabelecimentos de saúde não estatais, ou seja, estabelecimentos privados e sociais, nunca foram abertas vagas para que essa formação aí se processasse, recomendando ao Governo que *"abra vagas para a realização de internatos médicos em todos os estabelecimentos com idoneidade formativa pela Ordem dos Médicos"*.

A Deputada Clara Carneiro apoiou a recomendação do CDS/PP.

O Deputado Ricardo Gonçalves frisou que os serviços públicos têm tido disponibilidade formativa para realizar os internatos médicos, mas, a partir do momento em que essa capacidade se esgote, não tem nada a opor a que se recorra aos estabelecimentos privados ou sociais. De facto é a Ordem dos Médicos que reconhece quem tem idoneidade formativa, mas é o Governo que distribui os médicos de acordo com as vagas disponíveis, e estas têm existido nos estabelecimentos de saúde públicos.

A Deputada Paula Santos disse que o problema da colocação de médicos não se prende tanto com a formação a nível do internato médico, mas com a escassez de licenciados em medicina saídos das faculdades.

O Deputado João Semedo entende que os internatos médicos devem fazer-se nos estabelecimentos públicos e assim reforçar o SNS.

Concluída a discussão, o Projecto de Resolução nº 441/XI/2ª irá ser remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

Sobre a calendarização do processo legislativo pendente em Comissão, o Presidente sugeriu que o mesmo fosse terminado durante o mês de Abril: dia 13, a Prescrição por DCI; dia 20, o Regime Jurídico das Farmácias e a Reposição do PVP nas embalagens de Medicamentos e dia 27 o Direito à Informação, Consentimento Informado e Testamento Vital.

*Audiência da Associação Nacional de Farmácias, sobre notícias recentemente veiculadas a propósito da segurança, fiabilidade e transparência do circuito do medicamento no nosso país.  
(audiência integralmente gravada)*

A Associação Nacional de Farmácias esteve representada pelo seu Presidente, Dr. João Cordeiro, que se fez acompanhar pelo Dr. António Bica, pelo Dr. João Silveira, pela Drª Maria da Luz e pelo Dr. Luís Duarte. O Dr. João Silveira fez uma apresentação em *power point* respeitante à evolução da despesa do SNS no que se refere ao mercado de medicamentos, a novas participações e ao mercado de genéricos. Deu conta da posição da ANF sobre a "Prescrição por DCI" e sobre a "Reposição do PVP nas embalagens de medicamentos".

O Dr. António Bica, responsável pelos Laboratórios e Estudos de Farmácia (LEF), fez a apresentação em *power point* sobre os referidos laboratórios e convidou a Comissão a visitá-los. Seguiu-se o debate, tendo os Deputados Clara Carneiro, Rosário Águas, Maria Antónia Almeida Santos, Teresa Caeiro, Isabel Galriça Neto, João Semedo, Bernardino Soares, Rui Prudêncio e Presidente da Comissão formulado perguntas, que foram respondidas pelo Presidente da ANF e pelo responsável dos LEF.

Na segunda ronda colocaram questões os Deputados Rosário Águas e Defensor Moura, que foram respondidas pelo Dr. João Cordeiro e completadas pelo Dr. António Bica.

A reunião foi encerrada às 14:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 Março 2011.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Bernardino Soares  
Carla Barros  
Clara Carneiro  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
José Rui Cruz  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Caeiro  
Teresa Fernandes  
Nuno Reis